

JK

IMAGEM E EXEMPLO

ORESTES QUÉRCIA



**FRENTE
MUNICIPALISTA
PELAS DIRETAS**

JK

IMAGEM E EXEMPLO

ORESTES QUÉRCIA



**FRENTE
MUNICIPALISTA
PELAS DIRETAS**

*Solenidade cívica de homenagem ao prefeito
JUSCELINO KUBITSCHEK, promovida pela FRENTE
MUNICIPALISTA PELAS ELEIÇÕES DIRETAS E
CONSTITUINTE.*

*Brasília, 21 de abril de 1984
No Memorial do Presidente
Juscelino Kubitschek*

Companheiros Municipalistas:

A Nação quer eleições diretas para a Presidência da República. Ao exigir a convocação do pleito, a Nação não reclama um direito, mas assume seu dever. Ela, que se renova a cada geração, deve preservar-se, e um povo só se preserva quando mantém, invioláveis, seu território, seus bens naturais, sua cultura e suas instituições políticas.

O patrimônio físico e espiritual do Brasil já se encontra comprometido por vinte anos de governos a ele impostos pela força. É hora da Nação, pela voz de cada um de seus cidadãos, escolher quem a conduzirá, na difícil tarefa de reconstrução histórica.

Nesta hora não nos cabe indagar se os nossos tutores estiveram ungidos ou não de patriotismo; se foram pessoalmente íntegros ou não, se se equivocaram, ou não. Na verdade, ao assumirem, pela força, o governo do País, ao romperem a Constituição, ao ditarem os chamados atos revolucionários, quiseram decretar a minoridade política de nosso povo. Passados vinte anos, que inventário podem oferecer à Nação?

Poderemos, com sacrifícios, pagar o fantástico débito de 100 bilhões de dólares nas praças estrangeiras, e dos quase quarenta trilhões de cruzeiros lastreados por papéis do Tesouro, que iludem os brasileiros, nesta ciranda enlouquecida de especulação financeira, representada pelas taxas do mercado aberto e pelos juros das cadernetas de poupança. Com outros sacrifícios talvez consigamos, em algumas décadas, recuperar o ensino público e restaurar o respeito pelos bens da Nação. Mas há dívidas que jamais serão pagas. Quem resgatará para a vida os milhões de brasileiros que perecem de inanição, sobretudo no Nordeste? Quem dará, às centenas de milhares de crianças, mortas nos primeiros meses de vida, a desconhecida alegria de um sorriso?

A Nação quer eleições diretas para a Presidência da

República. A Nação exige, em seguida, a convocação de Assembléia Constituinte, a fim de que, pela voz de seus representantes, escolhidos com liberdade, depois de ampla discussão de doutrinas e projetos, decida de que forma e com que idéias será governada.

Contra o anseio nacional levantam-se poucos, muito poucos. São os que se beneficiaram da desordem jurídica para o enriquecimento ilícito; os que fizeram carreira política sem a legitimidade de um só voto; os que se assustam diante da hipótese de prestar contas à Nação dos recursos públicos que mal administraram.

Em nome desta Nação, que exige eleições diretas, já, para a Presidência da República, estamos aqui, diante do Memorial de Juscelino Kubitschek, os representantes dos municípios brasileiros.

Os melhores porta-vozes da Nação somos nós, que estamos diretamente junto ao povo, conhecemos cada um dos moradores dos povoados, vilas e bairros de nossos municípios, sabemos de seus sofrimentos, esperanças e vontade. Seus sofrimentos, sua vontade e suas esperanças constituem o imperativo de nosso mandato, e se resumem hoje nesta aspiração de urgência: eleições diretas, e já, para a Presidência da República.

Para nós, que suportamos o maior peso da responsabilidade de governo, e que dispomos apenas das migalhas que sobram dos recursos tributários nacionais, só as eleições diretas podem representar a redenção. Todos sabemos que mesmo essas migalhas, que a discriminação arbitrária da União nos reserva, têm de ser obtidas através de humilhante peregrinação aos gabinetes dos insensíveis burocratas de Brasília.

A plena restauração do regime democrático representará a alforria dos municípios brasileiros. O primeiro passo deve ser em direção às urnas, na escolha, direta, e imediata do Presidente da República.

Nenhum homem vale mais do que o outro, diante de

Deus, e nenhum cidadão é maior do que o outro, diante da Lei. O voto é inseparável do cidadão, e ninguém pode se arvorar no direito de votar pelo outro, a não ser que esse direito seja determinado por uma Constituição livremente discutida e votada pelos representantes eleitos diretamente pelo povo. O Colégio Eleitoral, rabiscado sobre uma Emenda imposta pela Junta Militar a uma Constituição votada debaixo do medo, não é legítimo. A legitimidade das Constituições está na vontade nacional, que só pode ser atestada pela representação eleitoral, e não por juristas de encomenda, ostentem os títulos que ostentem.

Os prefeitos e vereadores dos municípios brasileiros, hoje aqui reunidos, temos consciência de nossa força democrática e assumimos a responsabilidade de usá-la em benefício dos supremos e permanentes interesses da Nação. Essa força democrática é também confirmada pelo poder eleitoral. Somos, vereadores e prefeitos, os grandes eleitores deste País. Diante da Nação, firmamos o compromisso de vigiar para que, doravante, não se elejam, com a nossa intermediação, os que neste momento negam maioria política ao povo brasileiro. Se o nosso voto não serve para escolher o Presidente, não servirá para fazer, daqueles que lhe negam valor, nossos representantes no Congresso Nacional.

Reivindicamos autoridade para o libelo contra o arbítrio. Temos sido, ao longo destes vinte anos, os mais sacrificados. Quando, a um pai de família, atirado à rua pelo desemprego, falta o pão para os filhos, ele não bate à porta dos tecnocratas, mas apela para o prefeito, reclama do vereador, a quem confiou seu voto. Quase sempre nada podemos fazer. Onde faltam escolas, hospitais, policiamento? Não faltam nas entidades que se chamam Estado ou União. Tais equipamentos públicos devem existir nos municípios. O município é, assim, a única realidade administrativa de qualquer nação. Foi em um município, o de São Vicente, que nasceu o Brasil. Toda nossa história tem sido escrita nas cidades,

como Olinda, São Paulo, Ouro Preto, Recife e agora, em Brasília.

Nunca houve tamanha concentração de poder como hoje. O regime inaugurado há vinte anos supera todo o arbítrio conhecido. O Estado Novo, com sua violência, era bem mais justo para com os municípios, na repartição dos recursos públicos. Mesmo no Estado unitário, sob a monarquia dos Bragança, e nos séculos coloniais, a expoliação dos municípios era menor. Lisboa arrancava de Vila Rica um quinto do ouro extraído. Quanto hoje nos deixa Brasília?

Fortes razões escolheram esta data e este local para o nosso manifesto. Estamos nos dias evocadores do mais alto momento da construção da Pátria: aquele em que um homem do povo subiu os degraus da força, vencido e vencedor, na primeira conspiração nacional por sua independência. Em Tiradentes não devemos ver apenas o Mártir, mas, da mesma forma, o homem que conhecia e amava o seu chão. Seu amor ao povo brasileiro não vinha do ideal, mas do real: ele era o caminhador de suas estradas, o compadre dos moradores dispersos na capitania, o conhecedor dos rincões sofridos. Sua idéia de República era a idéia democrática, porque as matrizes de seu programa político se encontravam na ânsia de liberdade dos pensadores franceses e dos fundadores dos Estados Unidos.

Reverenciamos, nesta hora, a lembrança permanente do Alferes da Tropa Paga das Minas. Ele não teve dúvidas em substituir a lealdade à Coroa, distante e arbitrária, pela lealdade a seu povo, à sua Pátria. Pôde suportar, com o ânimo alto, todas as ofensas, e marchar para a morte certo de que os tempos a vir sepultariam sob a náusea dos pósteros, a efêmera glória dos vencedores. Ele, apostando no povo, fez a escolha da honra.

Mas aqui estamos também diante do Memorial erguido para lembrar ao povo a grande presença nacional de outro homem de Minas, o prefeito Juscelino Kubitschek de Oli-

veira. Entre tantos cargos que ocupou esteve o de prefeito de Belo Horizonte. Ali, tendo a empurrá-lo a férrea vontade de estadista, realizou uma obra ainda hoje tida como a mais significativa da história do município. Convocou, sem se importar com os preconceitos do tempo político, homens como Oscar Niemeyer, Joaquim Cardoso e Portinari, a fim de que pusessem seu talento a serviço do conjunto urbanístico da Pampulha, abrindo caminho à vigorosa arquitetura moderna brasileira, hoje motivo de orgulho de nossa inteligência e de admiração do mundo.

A experiência de Juscelino como prefeito de Belo Horizonte orientaria sua administração como governador de Minas e Presidente da República. Foi ali, no trato com as questões de cada dia, em contato direto com o povo e suas angústias, que o grande brasileiro forjou sua personalidade política.

Não nos lembramos apenas da singular personalidade de Juscelino Kubitschek. Convém recordar também as circunstâncias de seu tempo político. Essas circunstâncias reclamam atenção, porque tal como agora, os inimigos da democracia duvidavam da capacidade de discernimento de nosso povo.

A candidatura de Juscelino Kubitschek foi combatida com histerismo pelas forças conservadoras. O então governador de Minas mantivera-se ao lado de Vargas, então Presidente eleito pelo povo, durante as horas difíceis e finais de seu governo. E quando Getúlio, sitiado, decidiu-se pelo sacrifício extremo, Juscelino foi o único governador de Estado a comparecer a seu velório, em gesto de coragem que mais convocaria o ódio dos inimigos do povo.

Eleito, Juscelino Kubitschek realizou o mais audaz governo de nosso período republicano. Promoveu o desenvolvimento econômico, com taxas de crescimento ainda não conhecidas, sem qualquer sacrifício das liberdades públicas. Seu governo demonstrou que o verdadeiro progresso só se faz com liberdade.

Aqui estamos, nesta cidade de Brasília, que testemunha em pedra e cimento a grandeza do povo brasileiro. A construção desta cidade, tão combatida na época, custou-nos muito menos do que as obras faraônicas, inúteis umas, inacabadas outras, que permanecerão como marca da irresponsabilidade e delírio da tecnocracia absoluta.

Brasília nada nos custou em liberdade, e não nos impôs sacrifícios econômicos. As taxas inflacionárias, inexpressivas, se comparadas com as de hoje, foram, naquele tempo, problema continental comum, uma vez que os países ricos iniciavam a ofensiva geral contra os fornecedores de matéria primas, mas não se agravaram no Brasil pelos custos de construção da nova capital. Ocorreu o contrário: amplas massas da população se incorporaram à economia de consumo, recrutadas para as numerosas obras de construção civil, não só em Brasília, mas em todo o território nacional, favorecendo o crescimento do Produto Interno Bruto. Abriram-se estradas, ergueram-se usinas hidrelétricas, levantaram-se conjuntos habitacionais. Os recursos para estas obras não foram contratados no exterior, mas obtidos de uma criteriosa aplicação das disponibilidades internas. Se, dentro do País, Juscelino arrostava uma reação conservadora, tampouco contava com muito boa vontade dos centros financeiros internacionais. Se é verdade que se abriram, durante seu mandato, as portas do País aos investimentos estrangeiros, não é menos verdade que ele jamais aceitou as injunções do Fundo Monetário Internacional. Quando as exigências do Fundo se chocaram com as imposições morais de nossa soberania, o Presidente rompeu abertamente com o organismo financeiro mundial e teve nessa decisão histórica, o apoio de toda a Nação.

O coro histórico da oposição não o perturbou. Manteve-se sereno nas horas mais pesadas de seu mandato. Assim ocorreu quando, contra sua presença no Catete, se levantaram bolsões militares, envenenados pela catilinária de uma parcela da imprensa, servidora dos interesses anti-nacionais. As rebe-

liões de Jacareacanga e Aragarças encontraram pronta resposta do Governo. Juscelino não titubeou em combatê-las militarmente, com o rigor que a situação exigia. Uma vez debeladas, o presidente tratou de lhes dar o combate mais efetivo da ação política. Em pouco tempo, contrariando a opinião de alguns de seus leais conselheiros militares, decretou a anistia dos responsáveis, chamando-os do exílio e os reincorporando às fileiras.

Os grandes estadistas são feitos de coragem sem ódio, de energia sem rancor, e de tolerância sem medo. Assim foi Juscelino.

Mas os grandes estadistas só emergem na escolha democrática. Não há ditadores que prestem, e se os houve, em algum tempo, deles não há memória histórica. Os regimes arbitrários corrompem os homens, e os corrompem tanto mais quanto mais alto se encontrem na escala do poder. A vantagem da temporariedade dos mandatos é de si evidente: se o povo escolhe mal o chefe de Estado, pode corrigir seu engano quatro anos mais tarde. Mas se o povo é alijado de sua soberania, o poder se distribui em um só grupo, fechado em si mesmo, elevado em arrogância, e quase sempre disposto à corrupção.

Há vinte e quatro anos o povo brasileiro não é convocado a eleger seu Presidente da República. As últimas eleições presidenciais se realizaram em outubro de 1960, quando o povo escolheu democraticamente o Sr. Jânio Quadros para suceder ao Presidente Kubitscheck. As forças partidárias que haviam combatido Juscelino ganharam, e ganharam de forma legítima, as eleições presidenciais de 1960, mas não tiveram a paciência para exercer democraticamente o poder. A renúncia, até hoje não explicada, do presidente eleito em 1960, depois de sete meses e vinte e cinco dias de governo, foi a grande causa da crise nacional que nos conduziu à intervenção militar de 1964.

O que teria ocorrido no Brasil, se não houvéssemos

rompido a continuidade constitucional? É possível que não construíssemos a ponte Rio-Niterói, mas é muito improvável que enfrentássemos hoje uma taxa inflacionária de 250 por cento ao ano, e que autoridades governamentais nos aconselhassem o suicídio como solução para a inadimplência individual.

A FRENTE MUNICIPALISTA PELAS ELEIÇÕES DIRETAS E CONSTITUINTE, que representa, neste ato, 4.054 municípios brasileiros, 58.275.595 eleitores, e 120 milhões de habitantes, reafirma sua confiança na democracia como o único regime compatível com a dignidade dos povos. E resume, nos pontos a seguir, a grande reivindicação nacional:

UM — O Brasil dispõe de um povo adulto, responsável, trabalhador, com uma experiência histórica marcada pelo sacrifício, pela honra e pela dignidade. O povo brasileiro, que lutou contra os holandeses em Olinda e Recife; que conspirou com Tiradentes, em Vila Rica; que consolidou a independência nacional nos combates da Bahia; que deixou no cemitério de Pistóia o melhor de sua juventude, na guerra contra o fascismo, tem o direito e o dever de decidir seu próprio destino.

DOIS — Não há mais tempo para protelações. O regime instaurado há vinte anos vem recorrendo a todos os subterfúgios para manter-se no Poder. São homens de um mesmo grupo que se substituem no poder, mas alguns deles, como os responsáveis pela política econômica do País, conseguem permanecer exatamente os mesmos, nas mesmas funções, contra todas as evidências de fracasso. É hora de deixar que o próprio povo decida quem deve estar à frente da Nação.

TRÊS — As distorções ocorridas durante as duas décadas de arbítrio tornaram insuportável a convivência entre uma minoria, rica e insensível, e a grande maioria de miseráveis. O país se tornou terra de ninguém, e os recursos nacionais, entre eles o próprio solo, têm sido entregues aos estrangeiros, na afanosa busca de dólares que cubram o serviço da dívida

externa. A agricultura de exportação e o desenvolvimento de uma indústria manufatureira dirigida aos mercados mundiais favorece o capitalismo predatório, agrava o desemprego, e consolida a dependência aos centros internacionais do poder.

Em razão disso, despovoaram-se os campos, comprimiram-se as cidades de massas desesperadas, a fome conduz grandes contingentes da juventude à delinqüência. É necessário cuidar imediatamente dos imensos problemas sociais, antes que seja tarde. Mas não será com o atual grupo no poder, cuja insensibilidade é a todos manifesta, que serão tomadas as medidas ajustadoras.

QUATRO — A Nação repudia os candidatos, tidos como favoritos do sistema, que se aprestam a concorrer ao pleito indireto por um Colégio Eleitoral sem legitimidade. O povo os desafia a disputar as eleições gerais, porque os milhões de eleitores brasileiros têm muito mais consciência ética e responsabilidade cívica do que aqueles que se arvoram em delegados de seu voto.

CINCO — Todo o poder emana do povo. Esse enunciado, clássico dos sistemas políticos modernos, não pode ser só intenção: deve converter-se em verdade. Em nome do povo brasileiro, nós, prefeitos, vereadores e municipalistas, irmanados na **FRENTE MUNICIPALISTA PELAS ELEIÇÕES DIRETAS E CONSTITUINTE**, conclamamos o Congresso Nacional a que atenda aos imperativos da razão política, e restaure, imediatamente, as eleições diretas para a Presidência da República.

Brasília, em 21 de abril de 1984, diante do Memorial do
Presidente Juscelino Kubitschek

Orestes Quécia
Coordenador da Frente
Municipalista pelas Eleições Diretas e Constituinte.

